

CONTRATO DIPRE/ 62 .2016

CONTRATO QUE CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP E A KF CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA.

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, a seguir denominada apenas "CODESP", inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, com sede nesta cidade, na Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/nº (entrada pelo Portão nº 23), bairro Macuco, CEP: 11015-900, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. José Alex Botelho de Oliva e o Diretor de Operações e Logísticas, Sr. Cleveland Sampaio Lofrano e, de outro lado, a KF CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, adiante designada simplesmente "CONTRATADA", inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.190.804/0001-87, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Maria Paula, nº 36 – 10º andar – conjunto A sala nº 03 - CEP: 01319-000, representada, neste ato, por seu Sócio-Administrador, Sr. Alexandre Menegassi Auler, firmam o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria-Executiva da CODESP, nos termos do deliberado em sua 1750ª Reunião (ordinária), realizada em 16/02/2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - OBJETO

A CONTRATADA obriga-se a prestar, para a CODESP, Serviços de licença, manutenção e suporte para módulo fiscal acoplado ao ERP SAP, pelo prazo de 12 (doze) meses, tudo de conformidade com a proposta da CONTRATADA, datada de 21/01/2016, e com a

“Planilha de Preços” a ela anexa, as quais, para todos os efeitos, ficam fazendo parte integrante deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

A prestação dos serviços objeto deste Contrato deverá atender a todas as exigências da CODESP.

SEGUNDA - PRAZO

O prazo para a execução dos serviços, ora contratados, é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do presente Contrato.

TERCEIRA - PREÇO

O preço global dos serviços, objeto deste Contrato, é de **R\$ 132.000,00** (cento e trinta e dois mil reais) — preço esse resultante do somatório dos valores consignados na “Planilha de Preços”, a qual, rubricada pelas partes, passa a integrar o presente Contrato, no qual já se acham incluídos todos os ônus fiscais e sociais que, direta ou indiretamente, decorrerem do cumprimento do presente Contrato, bem como todos os encargos previstos na Lei nº 8.666/93.

QUARTA - PAGAMENTO

O pagamento mensal do preço dos serviços executados será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de apresentação da respectiva fatura/nota fiscal – acompanhada do respectivo Relatório das atividades desenvolvidas no período –, após conferida e aceita pela Fiscalização da CODESP, e ainda, a apresentação da devida Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em cumprimento as disposições constantes nos artigos 27, IV, 29 V, e 55 XIII, da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Primeiro

A CODESP reterá os encargos a que se refere o disposto no Art. 34 da Lei Federal nº 10833/2003, de 29/12/2003 (Instrução Normativa SRF nº 1.234/12, de 11/01/2012), e quando for o caso, os encargos a que se refere o disposto no Art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a nova redação dada pela Lei Federal nº 9.711/1998.

Parágrafo Segundo

As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) lista de seus trabalhadores que executaram os serviços contratados no mês em referência;
- b) cópia autenticada das últimas guias de recolhimento, já exigíveis, do FGTS (quando for o caso), bem como das previdenciárias, com os nomes dos trabalhadores constantes na lista supra referida, ficando expressamente estabelecido que a responsabilidade pelos recolhimentos acima citados, será exclusivamente da CONTRATADA; e
- c) comprovante de pagamento do salário/remuneração de seus trabalhadores constantes na lista supra referida.

Parágrafo Terceiro

Incidirá atualização financeira sobre o valor da fatura, entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, pela variação "*pro rata die*" do IPCA, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quarto

Para os fins no art. 40, inciso XIV, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, o desembolso máximo mensal, corresponderá a 8,33% do valor global deste Contrato, observadas as

disposições no “caput” desta Cláusula.

Parágrafo Quinto

As faturas correspondentes aos reajustes, quando for o caso, deverão ser apresentadas, separadamente, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo, para pagamento após a verificação da exatidão dos cálculos apresentados.

Parágrafo Sexto

A execução dos serviços, objeto deste Contrato, está sujeita a retenção de impostos conforme legislação vigente no mês da execução do serviço.

QUINTA - CAUÇÃO DE GARANTIA

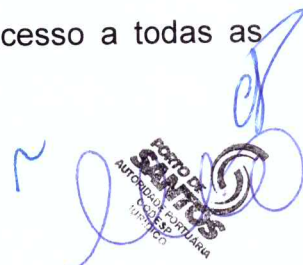
Para garantia do cumprimento e completo atendimento às presentes disposições, a CONTRATADA prestará caução no importe correspondente a **1%** (um por cento) do valor global deste Contrato, sob pena de rescisão.

Parágrafo Único

O montante caucionado só será devolvido após o término de vigência contratual, sem responsabilidade da CODESP por qualquer compensação pela mora da devolução, deduzindo-se, dele, eventuais créditos a favor da mesma CODESP.

SEXTA - FISCALIZAÇÃO

Para fiscalizar o cumprimento e o fiel atendimento às presentes disposições contratuais, objetivando a boa execução e qualidade dos serviços prestados, a CODESP, através do Gestor deste Contrato, designará representantes – doravante denominados simplesmente Fiscalização –, que terá amplos poderes para inspecionar e acompanhar os serviços, comprometendo-se a mesma em facilitar e permitir o acesso a todas as informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.



Parágrafo Primeiro

Todas as ordens de serviço, instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas devidas ocasiões, não se tomando em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou reclamações verbais.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA obriga-se a retirar ou afastar dos serviços qualquer empregado, contratado ou preposto que, a critério da Fiscalização, for julgado prejudicial à disciplina observada nas dependências do Porto de Santos, sem responsabilidade ou ônus para a CODESP.

Parágrafo Terceiro

A Fiscalização poderá sustar ou mandar refazer quaisquer serviços que não atendam às especificações e demais requisitos previstos para tais trabalhos, ficando estabelecido que qualquer falha de execução dos serviços importará na notificação da CONTRATADA, para que regularize a situação, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto

Das decisões da Fiscalização caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Gestor deste Contrato, que o receberá da mesma Fiscalização, devidamente informado, desde que apresentado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto

Além da fiscalização exercida pela CODESP sobre os serviços ora contratados, a CONTRATADA se obriga a permitir que a Auditoria Interna da CODESP e/ou Auditoria

Externa por ela indicada, tenham acesso a todos os documentos da CONTRATADA que digam respeito aos serviços prestados à CODESP.

SÉTIMA - RESPONSABILIDADES

O fato de haver fiscalização exercida pela CODESP sobre os serviços objeto deste instrumento contratual, não significa que fique retirada, nem mesmo reduzida, a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos mesmos, dentro do regime legal brasileiro, obrigando-se a CONTRATADA a corrigir o que tenha feito em desacordo com o estabelecido neste Contrato, bem como a indenizar por faltas, erros ou prejuízos que venha a causar à CODESP e/ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro

Nos trabalhos a serem executados por força do presente instrumento contratual, a CONTRATADA obriga-se a usar moderna e perfeita técnica, com pessoal de serviço, quer de direção, como de execução, de reconhecida competência e aptidão, devendo manter, no local dos trabalhos, um preposto autorizado e capacitado a se entender com a Fiscalização da CODESP.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA deverá transferir para a CODESP ou manter sob sua guarda, todo o material e informações, sendo-lhe vedada a divulgação dos dados internos da CODESP, sigilosos ou não, ressalvado o direito de apontar em seu currículo os trabalhos executados e suas características gerais.

Parágrafo Terceiro

A CODESP não assumirá qualquer responsabilidade pela guarda e vigilância dos materiais ou equipamentos da CONTRATADA, depositados nos locais dos serviços.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, sem expressa autorização da CODESP, a execução dos serviços, autorização essa que, se concedida, não retirará nem diminuirá a exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto

Ficará a cargo da CONTRATADA solicitar, junto à CODESP e às demais autoridades do Porto, as licenças e autorizações necessárias para o ingresso na faixa portuária de seu pessoal, equipamentos e veículos a serem empregados nos serviços, visando o atendimento deste Contrato.

Parágrafo Sexto

Constituem-se, também, obrigações da CONTRATADA:

- a) fornecer toda a mão-de-obra e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- b) executar todos os trabalhos previstos, obedecendo as normas aplicáveis, além das técnicas e práticas mais recomendáveis para cada caso;
- c) não divulgar quaisquer dados internos da CODESP (sigilosos ou não), relatórios, ou fornecer a terceiros informações relacionadas com os serviços prestados, salvo com autorização da CODESP;
- d) exigir que seu pessoal, quando nas dependências da CODESP, observem as normas disciplinares, regulamentares e de segurança vigentes;
- e) manter seus funcionários portando cartão de identidade (crachá) e todos os equipamentos individuais de proteção;
- f) observar, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Parágrafo Sétimo

Constitui, ainda, obrigação da CONTRATADA — intransferível à CODESP, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 —, atender a todos os encargos decorrentes da legislação

fiscal, social, comercial, previdenciária e trabalhista, assumindo a mesma CONTRATADA inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, por todo seu pessoal, como única empregadora, reconhecendo expressamente que, em hipótese alguma se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CODESP.

Parágrafo Oitavo

Constitui, ainda, obrigação da CONTRATADA -- intransferível à CODESP, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 --, atender a todos os encargos decorrentes da legislação fiscal, social, comercial, previdenciária e trabalhista, assumindo a mesma CONTRATADA inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, por todo seu pessoal, como única empregadora, reconhecendo expressamente que em hipótese alguma se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CODESP.

Parágrafo Nono

Os danos materiais ou pessoais que porventura venham a decorrer dos serviços executados, pela CONTRATADA, são de sua inteira responsabilidade, obrigando-se a mesma CONTRATADA a repará-los imediatamente.

OITAVA - PENALIDADES

Na vigência deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 0,5% (meio por cento) do valor global do Contrato correspondente aos serviços executados, por dia de atraso na entrega e/ou na conclusão dos Relatórios Técnicos das atividades solicitadas, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CODESP;
- c) multa de até 2% (dois por cento) do valor global do presente Contrato, pela infração ou não atendimento de quaisquer outros dispositivos ou exigências contratuais;

- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pela inexecução total ou parcial do Contrato.

Parágrafo Primeiro

As multas serão aplicadas pelo Gestor deste Contrato, juntamente com a sua chefia imediata, e deverão ser depositadas na Tesouraria da CODESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da correspondente notificação.

Parágrafo Segundo

De qualquer multa imposta, a CONTRATADA poderá, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recolhimento correspondente, apresentar recurso ao Diretor-Presidente da CODESP.

Parágrafo Terceiro

A devolução das quantias recolhidas a título de multa, em caso de provimento do recurso, será efetuada sem responsabilidade da CODESP por juros, correção monetária ou acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Quarto

As penalidades aqui estabelecidas não excluem outras previstas neste Contrato ou em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à CODESP e/ou a terceiros, em consequência de inadimplemento contratual.

NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CODESP

Constituem-se obrigações da CODESP:

- a) gerenciar, supervisionar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, agendar as reuniões de acompanhamento e apresentação dos mesmos, bem como responsabilizar-se pela solução e encaminhamento de questões técnicas, administrativas e financeiras que eventualmente surgirem durante a vigência do presente Contrato, obedecendo o constante na Lei nº 8.666/93;

- b) fornecer à CONTRATADA meios de deslocamento através das instalações portuárias e condições de acesso aos locais do Porto para fins de vistorias, inspeções, etc., assim como aos projetos, especificações e demais informações em relação ao objeto da consultoria solicitada.

DÉCIMA - RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pela CODESP, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos e/ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas em lei:

- a) se os serviços a que este se refere forem transferidos a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CODESP;
- b) se houver morosidade inexplicável na execução dos serviços, sem causa devidamente justificada e aceita pela CODESP;
- c) se a CONTRATADA apresentar resultados insatisfatórios do ponto de vista técnico, a critério da CODESP;
- d) se a CONTRATADA falir ou for liquidada judicial ou extrajudicialmente;
- e) se a CONTRATADA, tendo sido multada, deixar de recolher o montante da multa, de conformidade com o determinado na Cláusula Nona deste Contrato;
- f) se a CONTRATADA impedir ou dificultar a ação da Fiscalização, e
- g) se a CONTRATADA deixar de cumprir quaisquer das cláusulas, condições ou exigências estabelecidas no presente Contrato e no "Termo de Referência" da Tomada de Preços nº 02/2014.

Parágrafo Primeiro

No caso deste Contrato vir a ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a caução por ela prestada reverterá em favor da CODESP, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Oitava; por outro lado, se tal rescisão provocar danos à CODESP e/ou a terceiros, será promovida a responsabilidade da CONTRATADA, visando ao ressarcimento desses danos.

Parágrafo Segundo

Fica facultado à CODESP, em não optando pela rescisão, o direito de suspender a execução do Contrato e sustar o pagamento de faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra, integral e satisfatoriamente, a condição contratual infringida.

Parágrafo Terceiro

Não havendo culpa da CONTRATADA e se a CODESP julgar necessário rescindir o presente instrumento contratual serão pagos os serviços porventura executados e aceitos, bem como restituída a caução, com o que a CONTRATADA, reconhecendo os direitos da CODESP, concorda expressamente.

DÉCIMA PRIMEIRA – PROPRIEDADE DOS TRABALHOS E DIREITOS AUTORAIS

A CONTRATANTE expressamente reconhece que pertencerão exclusivamente à CONTRATADA os direitos de propriedade intelectual, especialmente direitos autorais, dos Softwares e produtos da CONTRATADA, em especial aos relativos à franquia mensal NFe/NFSe modalidade transacional – ASP, licença de uso do Connector SAP NFe/NFSe e os serviços de manutenção em Relatórios Fiscais e eventuais outros softwares de propriedade da CONTRATADA.

Todos os direitos acima previstos incluem, mas não se limitam a, direitos de autor, marcas, patentes, segredos comerciais ou industriais, know-how, nomes de domínio e quaisquer outros incidentes ou aplicáveis ao Software e a quaisquer de suas derivações ou modificações, inclusive de sua Documentação técnica.

Parágrafo Único

As novas metodologias resultantes do desenvolvimento das atividades previstas neste instrumento contratual pertencerão à CONTRATADA, que poderá utilizar-se delas no

ensino e na pesquisa. Caso o Contrato resultar obra científica, literária ou relativa a programas de computador, os direitos pertencerão às contraentes em partes iguais e sua utilização será regulada em termo próprio, de acordo com a legislação vigente.

DÉCIMA SEGUNDA - VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato iniciará a partir da data de sua assinatura.

DÉCIMA TERCEIRA - FORO

O foro competente para ajuizar qualquer questão oriunda deste instrumento contratual é o de Santos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DÉCIMA QUARTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pela CODESP, ouvida a Contratada, tendo por base a Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couberem as suas alterações, e em preceitos de direito privado em caso de insuficiência dessa Lei.

DÉCIMA QUINTA - GESTÃO DO CONTRATO

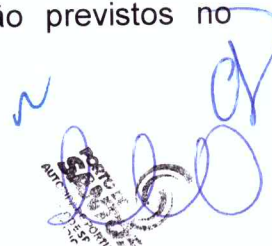
A gestão administrativa do presente Contrato ficará a cargo da Superintendência de Tecnologia da Informação e da Gerência de Soluções de Sistema, da CODESP.

DÉCIMA SEXTA - VALOR

Para os devidos fins, é dado ao presente Contrato o valor global de **R\$ 132.000,00** (cento e trinta e dois mil reais).

DÉCIMA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários a presente contratação estão previstos no Programa de Dispendios Globais - PDG, da CODESP.

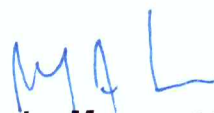


E por estarem de acordo, CODESP e CONTRATADA assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Santos, 09 de junho de 2016.



José Alex Botelho de Oliva
DIRETOR-PRESIDENTE
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP



Alexandre Menegassi Auler
Sócio-Administrador

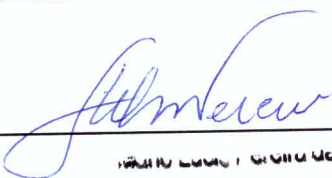


Cleveland Sampaio Lofrano
DIRETOR DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICAS
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO - CODESP

TESTEMUNHAS:

1)

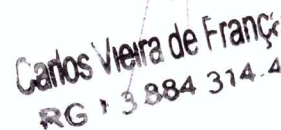
Nome:
RG:



Nome: Carlos Vieira de França
RG: 14.149.623

2)

Nome:
RG:



Nome: Carlos Vieira de França
RG: 13.884.314-4